nistração da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 23 de Novembro de 1935. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Henrique Linhares de Lima* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa* — *Aníbal de Mesquita Guimarães* — *Armindo Rodrigues Monteiro* — *Duarte Pacheco* — *José Silvestre Ferreira Bossa* — *Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação* — *Sebastião Garcia Ramires* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Repartição do Gabinete do Ministro

Decreto-lei n.º 26:097

Considerando que as praças das classes activas do exército não devem ser utilizadas em qualquer serviço do Estado que lhes impeça a comparência imediata à chamada para os casos de mobilização, de instrução militar ou de alteração de ordem pública;

Considerando também que a certos serviços do Estado convém o recrutamento de indivíduos que, embora tenham já servido no exército, tenham idade inferior a vinte e cinco anos em vista de mais fácil adaptação e maior rendimento para o serviço que tenham a desempenhar;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º As praças pertencentes às classes do exército activo (artigo 3.º do decreto n.º 16:407, de 19 de Janeiro de 1929) não podem ter passagem à armada, guarda fiscal, guarda nacional republicana e polícia de segurança pública.

Art. 2.º As praças das mesmas classes activas será permitida a utilização nos serviços mencionados no decreto n.º 2:563, de 12 de Agosto de 1916, e no artigo 3.º do decreto n.º 3:836, de 9 de Fevereiro de 1918, não ficando porém dispensadas da apresentação imediata por motivo de mobilização, serviço de instrução militar ou alteração de ordem pública.

§ único. Ficam apenas dispensadas da apresentação a que se refere este artigo os militares que três meses antes da convocação estiverem registados nos comandos das unidades a que pertencem como patrões ou tripulantes dos barcos salva-vidas das estações do Instituto de Socorros a Náufragos, devendo a autoridade que superintende neste serviço fazer a participação a que alude o § 1.º do artigo 1.º do já referido decreto n.º 2:563.

Art. 3.º Fica revogado o decreto n.º 25:119, de 12 de Março de 1935.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 23 de Novembro de 1935. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Henrique Linhares de Lima* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa* — *Aníbal de Mesquita Guimarães* — *Armindo Rodrigues Monteiro* — *Duarte Pacheco* — *José Silvestre Ferreira Bossa* — *Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação* — *Sebastião Garcia Ramires* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

2.ª Direcção Geral

1.ª Repartição

Decreto-lei n.º 26:098

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É autorizado o Ministério da Guerra, por intermédio da Manutenção Militar, vender à Câmara Municipal de Lisboa, para serviços de utilidade municipal, o prédio denominado Quinta dos Olivais, ou do Brito, composta de parte rústica e urbana, situada na Rua Conselheiro Ferreira do Amaral, 1 a 15-A, freguesia dos Olivais, não descrito na 8.ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa, a cuja área pertence, e inscrito na matriz predial respectiva sob os artigos 492, 493 e 495.

§ 1.º A venda será feita pelo preço de 850.000\$, pagos em cinco prestações anuais e iguais de 170.000\$ cada uma, sendo a primeira no próprio auto a que se refere o artigo 16.º do decreto n.º 11:155, de 16 de Outubro de 1925, independentemente de ser lavrada a competente escritura entre os interessados vendedor e comprador, visto o pagamento dever ser efectuado em excepção do que dispõe o artigo 19.º do supracitado decreto.

§ 2.º Para o pagamento das prestações a que se refere o presente artigo, obrigar-se-á a Câmara Municipal a inscrever anualmente nos seus orçamentos a respectiva verba.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 23 de Novembro de 1935. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Henrique Linhares de Lima* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa* — *Aníbal de Mesquita Guimarães* — *Armindo Rodrigues Monteiro* — *Duarte Pacheco* — *José Silvestre Ferreira Bossa* — *Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação* — *Sebastião Garcia Ramires* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

3.ª Direcção Geral

3.ª Repartição

Decreto-lei n.º 26:099

Considerando que a regalia da contagem do tempo de serviço como serviço de campanha estabelecida pelo artigo 1.º do decreto n.º 10:817, para os oficiais especializados em serviço da aeronáutica militar, não pode ser considerado independentemente do serviço aéreo executado;

Considerando também que não pode limitar-se essa regalia ao tempo efectivamente consumido no serviço aéreo;

Considerando que a forma geralmente adoptada para regular a aplicação desta vantagem é atribuir aos diversos serviços aéreos um coeficiente variável em harmonia com os riscos e circunstâncias em que esses serviços são executados;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Todo o militar do exército ou da armada que execute um serviço aéreo tem direito para todos os efeitos a um aumento sobre o seu tempo de serviço em harmonia com as determinações deste decreto.

§ único. Este aumento é independente de qualquer outro que pela sua situação lhe compita.

A) Determinação do serviço aéreo

Art. 2.º Considera-se serviço aéreo todo o serviço executado a bordo de aeronaves, em cumprimento de disposições regulamentares ou de ordens de autoridades militares que tenham na sua dependência, permanente ou temporariamente, unidades ou serviços de aeronáutica.

Art. 3.º O serviço aéreo compreende:

- a) O treino e serviço regular, em aeronave, do pessoal especializado ou em especialização;
- b) Os vôos ou ascensões, executados por pessoal não especializado em aeronáutica, em consequência de ordem das autoridades mencionadas no artigo anterior;
- c) As descidas em pára-quedas e as experiências para homologação de aeronaves protótipos ou dotadas de dispositivos essenciais novos que interessem à estabilidade.

§ único. Considera-se como serviço aéreo a instrução em duplo comando, ministrada por pilotos militares devidamente autorizados, em escolas civis de aviação, quando acumulem com o serviço das suas unidades.

B) Classificação dos serviços aéreos e coeficientes a atribuir-lhes

Art. 4.º Os coeficientes a atribuir aos serviços aéreos, conforme a natureza destes, são determinados como segue:

	Coeficientes	
	Normal	Suplementar
Serviços aéreos em avião:		
De dia:		
Em qualquer avião militar, excepto de caça	6	-
Em avião de caça	6	4
De noite — Em qualquer avião	6	4
Experiência de aeronaves protótipos.	6	6
Serviço de avião participando em operações ou voando sobre território inimigo ou em rebelião:		
De dia	12	-
De noite	12	4
Serviços aéreos em balão	2	-
Descida em pára-quedas:		
De balão	2	8
De avião	6	8

Uma descida em pára-quedas é contada como um hora de vôo.

C) Cálculo do aumento de tempo

Art. 5.º Anualmente e referidos a 31 de Dezembro de cada ano são preenchidos nas unidades de aeronáutica mapas individuais dos modelos juntos, dos quais deve constar:

- 1.º O total, em horas e minutos, dos serviços aéreos realizados durante o ano inscritos no livro de registo oficial de vôos das unidades de aeronáutica. Esse total é multiplicado pelo coeficiente normal correspondente;
- 2.º O total, em horas e minutos, por categorias, dos serviços aéreos acima indicados a que correspondem coeficientes suplementares. O total de cada categoria é multiplicado pelo respectivo coeficiente;
- 3.º A soma dos produtos acima obtida, em horas — uma fracção de trinta minutos ou mais é contada por uma hora —, representa o número de dias de aumento de tempo de serviço. Este aumento só é contado até ao máximo de um ano em cada ano civil.

§ único. Por motivo de mudança de situação, ou para efeito de passagem à reserva ou reforma, poderá ser feita a liquidação do aumento de tempo de serviço a requerimento do interessado.

Art. 6.º Estes mapas, autenticados pelos comandantes das unidades, são remetidos em duplicado na primeira quinzona de Janeiro de cada ano à Direcção de Aeronáutica respectiva, que enviará um exemplar aos organismos competentes para ser feito o averbamento nos livros mestres ou fôlhas de matrícula do pessoal.

Art. 7.º A partir da data do presente decreto a contagem do tempo de serviço ao pessoal especializado em aeronáutica militar ou naval, que não esteja ao abrigo das disposições do Código de Inválidos, deixa de ser feita nos termos do artigo 5.º da lei n.º 940, artigo 1.º do decreto n.º 10:817 e decreto n.º 14:486, tornado extensivo à aeronáutica naval pelo decreto n.º 14:565.

Art. 8.º Este decreto entra imediatamente em vigor.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 23 de Novembro de 1935.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Henrique Linhares de Lima* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa* — *Anibal de Mesquita Guimarães* — *Armando Rodrigues Monteiro* — *Duarte Pacheco* — *José Silvestre Ferreira Bossa* — *Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação* — *Sebastião Garcia Ramires* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

MODELO I

Unidade . . .

Mapa individual dos serviços aéreos

- Período . . .
- Nome . . .
- Pôsto . . .
- Arma . . .
- Situação . . .

	H. m.	Coeficiente	Produtos	Dias	Observações
Total dos serviços aéreos executados em avião.		6			
Serviços aéreos:					
Em avião de caça		4			
Em avião de noite		4			
Em aeronaves protótipos		6			
Total dos serviços executados em balão.		2			
Descidas em pára-quedas:					
De avião, n.º		8			
De balão, n.º		8			
Soma					

Quartel em . . .

O Comandante da Unidade,

...

Verifiquei:

O Inspector ou Chefe de Repartição,

...

MODÉLO II

Unidade ...

Mapa individual dos serviços aéreos em campanha

Período ...

Nome ...

Pósto ...

Arma ...

Situação ...

	Tempo de voo — H. m.	Coefficiente	Produtos	Dias	Observações
Total dos serviços aéreos em avião sobre o território inimigo.		12			Considera-se serviço de campanha o executado em território em rebelião.
Serviço em avião de noite.		4			
Soma					

Quartel em ...

O Comandante da Unidade,

...

Verifiquei :

O Comandante da Aeronáutica,

...

Visto :

O Comandante da G. U.,

...

Ministério da Guerra, 23 de Novembro de 1935.— O Ministro da Guerra, *Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Repartição do Gabinete

Decreto-lei n.º 26:100

Tendo a experiência demonstrado a inconveniência de acumular o guarda-livros da fábrica da Direcção das Construções Navais as suas funções com as de tesoureiro pagador da mesma Direcção;

E sendo necessário tomar outras medidas urgentes emquanto não se remodelar, em conjunto, os serviços administrativos e a própria organização da referida Direcção;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Junto da Direcção das Construções Navais funcionará um conselho administrativo com a seguinte composição: presidente, o director das construções navais; vogais, o sub-director das construções navais, o engenheiro maquinista mais graduado ou antigo em serviço na mesma Direcção e o tesoureiro pagador; secretário, um primeiro ou segundo tenente da administração naval.

Art. 2.º O lugar de guarda-livros da Direcção das Construções Navais é preenchido por concurso, a que podem ser admitidos oficiais da administração naval e indivíduos da classe civil com o curso de contabilista do Instituto Commercial.

Art. 3.º O guarda-livros da Direcção das Construções Navais tem o vencimento mensal de 2.500\$.

Art. 4.º O tesoureiro pagador será um primeiro tenente da administração naval ou um segundo tenente tirocinado da mesma classe.

Art. 5.º A escrita da Direcção das Construções Navais será iniciada em 1 de Janeiro de 1936 pelo sistema digráfico, o qual deverá abranger todos os valores e seu movimento, seja qual for a sua natureza, desde que estejam na posse da referida Direcção.

Art. 6.º (transitório) A primeira nomeação de guarda-livros, depois de separadas as suas funções das de tesoureiro pagador, será da livre escolha do Ministro da Marinha.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 23 de Novembro de 1935.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Henrique Linhares de Lima* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa* — *Antibal de Mesquita Guimarães* — *Armindo Rodrigues Monteiro* — *Duarte Pacheco* — *José Silvestre Ferreira Bossa* — *Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação* — *Sebastião Garcia Ramires* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

Decreto-lei n.º 26:101

Pelo decreto n.º 12:705, de 30 de Outubro de 1926, foram criadas cinco Inspeções de Faróis, três no continente, uma nos Açores e uma na Madeira, Inspeções que, pelo decreto n.º 21:274, de 16 de Abril de 1932, foram reduzidas a três, duas no continente e a outra, que incluía Açores e Madeira.

Das cinco primeiras Inspeções apenas uma, a da zona norte do continente, foi organizada, naturalmente por se ter a tempo reconhecido que as poucas vantagens que elas traziam para o serviço dos faróis não compensavam, de forma alguma, as despesas correspondentes.

Continuou, porém, a funcionar a Inspeção da zona norte pelo facto de ter sido instalada no farol de Leça a Escola de Faroleiros, dirigida pelo respectivo inspector, e onde se leccionam os cursos elementar e complementar que habilitam os faroleiros a trabalhar com as modernas e complicadas máquinas que estão a ser sucessivamente montadas nos faróis;

O que devidamente ponderado, e atendendo a que a direcção da Escola de Faroleiros de Leça poderá ficar a cargo de qualquer dos oficiais de marinha que prestam serviço na Capitania do porto de Leixões, do que resultará economia sensível para o Estado;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São extintas as Inspeções de Faróis criadas pelos decretos n.ºs 12:705, de 30 de Outubro de 1926, e 21:274, de 16 de Abril de 1932.

Art. 2.º A regência dos cursos da Escola de Faroleiros de Leça passará a ser feita pelo capitão do porto de Leixões ou pelo seu adjunto.

§ único. O official que exercer a regência dos cursos de faroleiros tem direito ao abono para transporte entre a sede da Capitania de Leixões e o farol de Leça.

Art. 3.º Nos júris constituídos nos termos do regulamento orgânico para o serviço de faróis, aprovado pelo decreto n.º 21:274, de 16 de Abril de 1932, e alterado pelo decreto n.º 22:931, de 26 de Dezembro do mesmo ano, e de que faça parte o professor da Escola de Faroleiros, será este substituído por um official da Direcção de Faróis ou por um official de marinha da Capitania mais